

Meta de déficit público será cumprida, diz Bier

Para secretário, saldo negativo este ano ficará nos 8,1% acertados com o Fundo Monetário

ADRIANA FERNANDES

BRASÍLIA – O secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Amaury Bier, disse ontem que, apesar de o déficit nominal do setor público acumulado no período de 12 meses encerrado em setembro estar em 8,3% do Produto Interno Bruto (PIB) será possível cumprir a meta de 8,1% do PIB acertada com o Fundo Monetário Internacional (FMI) para este ano.

De acordo com o secretário, o resultado das contas públicas em dezembro de 1997 foi “muito ruim” e será substituído, na série de 12 meses, pelo resultado deste mês.

Bier ressaltou que o déficit nominal acumulado de janeiro a setembro está em 7,04% do PIB.

Não há “nenhuma preocupação maior da direção do FMI em função da derrubada da medida provisória dos servidores”, afirmou Bier.

Segundo ele, a preocupação do FMI é a mesma do governo brasileiro de que a meta de superávit primário de 2,6% em 1999 seja cumprida. Ele disse que, após a rejeição da MP n.º 1.720, houve uma troca de informações normais com o FMI. “Eles queriam saber o que aconteceu e foi explicado claramente”, disse o secretário.

Política cambial – Bier negou que vá haver mudança no ritmo das desvalorizações

cambiais em relação ao previsto no acordo com o FMI. O acordo estima que o real sofrerá uma desvalorização de 7,47% entre janeiro e dezembro de 1999.

O secretário explicou que a previsão de revisão da taxa de câmbio no segundo semestre de 99 é cláusula padrão. Ele reafirmou que não haverá uma aceleração da desvalorização maior do que a prevista no acordo no segundo semestre de 99.

“Não há nenhuma mudança no regime de banda e no seu funcionamento”, disse.

Meta ajustada – A inclusão de um ajuste na meta de crédito doméstico líquido no acordo com o FMI foi feita para acomodar a data da entrada em vigor da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) e seu impacto na economia. Ele explicou que, como

essa data ainda é incerta, foi necessário prever esse ajuste.

Como a elevação da alíquota vai provocar uma perda de atratividade dos fundos de curto prazo, ha-

verá uma migração para os depósitos à vista, disse o secretário.

Com isso, haverá um recolhimento maior dos depósitos compulsórios, o que levará ao aumento da base monetária. Assim, foi preciso prever um aumento no teto do crédito doméstico líquido. “Esse ajuste nos ajuda.”

No momento em que a CPMF nova entrar em vigor, o teto do crédito doméstico líquido será reajustado para cima, por causa da realocação de portfólios, em consequência da alíquota mais elevada da CPMF, afirmou.



Bier: “Não há nenhuma mudança no regime de banda cambial”

José Paulo Lacerda/AE

GOVERNO TEVE
DE JUSTIFICAR
DERROTA NO
CONGRESSO